

GENEALOGIA E MORAL CRISTÃ EUROPEIA EM NIETZSCHE

Mauro Rogério Almeida Vieira¹

RESUMO

Nietzsche é incisivo na sua crítica da tradição. Para ele, os filósofos que se ocuparam em estudar a moral com rigor científico se enredaram no alvo metafísico de buscar algo fundante para a moral. A partir da crença metafísica na oposição de valores, esses filósofos acreditaram que a moral era algo dado antecipadamente. Para os filósofos das ideias modernas ou os da moral cristã, a moral não era conhecida através de uma descrição detalhada dos fatos morais e de seus meandros. Sua visão alcança, em muitos casos, apenas seu ambiente mais próximo, apenas sua classe social, sua religião. Alcança tão somente seu contexto. Não alcança os escombros, os soterramentos e as transformações da moral, mesmo considerando apenas seu lugar geográfico e histórico. Nesse sentido, o que se propõe nessa comunicação é mostrar o vínculo entre a moral cristã europeia e a crença nas ideias modernas. Nosso enfoque seguirá o percurso interpretativo do prólogo e da primeira dissertação de *Genealogia da Moral*, mostrando as características do método genealógico e sua relevância para a crítica da metafísica clássica e para a impulsão de uma filosofia da diferença. Como resultado da análise, percebeu-se que a moral cristã europeia, a moral do homem de rebanho se apresenta como única possibilidade a partir do momento em que as ideias modernas alcançam hegemonia e identidade. Os atributos dessa moral tornam o ser humano um animal manso, afável, dócil e absolutamente útil ao rebanho.

Palavras-chaves: Genealogia. Ideias modernas. Moral cristã. Metafísica.

ABSTRACT

Nietzsche is incisive in his criticism of tradition. For him, philosophers who were engaged in studying the moral with scientific rigor tangled in the metaphysical subject to get something for founding morals. From the metaphysical belief in opposing values, these philosophers believed that morality was something given in advance. For philosophers of modern or ideas of Christian morality, morality was not known by a detailed description of moral facts and its intricacies. His vision reaches, in many cases, only their nearest environment, only their social class, their religion. Reaches only its context. Does not reach the rubble, the burials and the transformations of moral, even considering only its geographical location and history. In this sense, what is proposed in this communication is to show the link between the European Christian morality and belief in modern ideas. Our focus will follow the interpretive route of the prologue and the first dissertation *Genealogy of Morals*, showing the characteristics of the genealogical method and its relevance to the critique of classical metaphysics and to the push of a philosophy of difference. As a result of analysis, it was noted that European Christian morality, the moral of the flock of man is presented as the only possibility from the moment that modern ideas achieve hegemony and identity. The attributes that make the moral human being a tame animal, friendly, docile and absolutely helpful to the flock.

Keywords: Genealogy. Modern ideas. Christian morality. Metaphysics.

¹ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN); e-mail: mauro.vieira@ifrn.edu.br.

1. INTRODUÇÃO

Nietzsche é incisivo na sua crítica da tradição. Para ele, os filósofos que se ocuparam em estudar a moral com rigor científico se enredaram no alvo metafísico de buscar algo fundante para a moral. A partir da crença metafísica na oposição de valores, esses filósofos acreditaram que a moral era algo dado antecipadamente. Movidos por um sentimento que beirava a vaidade, consideravam insignificante a realização de uma representação pormenorizada da moral. Para os filósofos das ideias modernas ou os da moral cristã, a moral não era conhecida através de uma descrição detalhada dos fatos morais e de seus meandros. Esses filósofos “conheciam os fatos morais apenas grosseiramente”. A limitação desses filósofos se dá pela redução do alcance de seu olhar. Sua visão alcança, em muitos casos, apenas seu ambiente mais próximo, apenas sua classe social, sua religião. Alcança tão somente seu contexto. Não alcança os escombros, os soterramentos e as transformações da moral, mesmo considerando apenas seu lugar geográfico e histórico.

Ao errar o alvo de investigação da moral, não consideram seus vários problemas, os quais só são visíveis e audíveis a partir da compreensão do momento em que tal moral surgiu. Quer dizer, a problemática da moral só possui seu estatuto considerado quando realizada suas interpretação e confrontação com outras e muitas morais.

A tentativa de se fazer uma ciência da moral foi posta em suspeita pelo filósofo alemão a partir do momento em que se tentou ornamentar um movimento de fundamentação da moral. O que Nietzsche sublinha neste aspecto é o fato de se tentar escamotear o advento de uma ciência propriamente. Ciência que examine, coloque em questão, analise e proceda a partir de um estudo minucioso da moral ou da fé na moral. Até então, o que os filósofos da tradição metafísica e das ideias modernas realizaram, podemos denominar de uma redução do problema da moral.

A ciência a que se refere Nietzsche em nada nos leva a associá-la à ciência moderna. A ciência moderna, que desemboca no Positivismo de Auguste Comte, caracteriza-se por pensar a construção do conhecimento de modo cumulativo e linear. Esses pressupostos concederam à ciência moderna o lugar de porta-voz de verdades objetivas e a legitimidade para forjar os conceitos. O que se pretende com isso é a substituição da especulação filosófica

pela positividade dos dados científicos. Por isso, há uma exaltação da observação dos fatos puros, positivos. Essa postura torna a ciência o único conhecimento válido².

Ao contrário, o método genealógico que propõe o filósofo alemão utiliza a crítica genealógica para realizar uma inspeção meticulosa do caráter incondicional e absoluto da moral. Na obra *Genealogia da Moral*, escrita entre junho e julho de 1887, Nietzsche pretende realizar alguns esclarecimentos e complementos de *Além do bem e do mal*³. Logo no prólogo de *Genealogia da Moral*, Nietzsche se refere à genealogia como um método agudo e efetivo cuja importância é sondar a coisa documentada e, sobretudo, constatar o efetivo, o que houve realmente. A genealogia decifra o quase indecifrável, vasculha a escrita ilegível do passado moral da humanidade⁴.

O método genealógico em Nietzsche é de importância fundamental para a compreensão da moral cristã europeia e a credulidade nas ideias modernas. A utilização desse método constitui uma rejeição da abordagem da tradição que vê, por exemplo, uma lei natural na formação das ideias modernas e da moral a elas subjacente. Lei natural que legitima a moral cristã europeia como moral hegemônica. Nietzsche utiliza esse método, faz uma análise histórica e psicológica do desenvolvimento da humanidade e percebe que, ao invés de uma legitimação metafísica da moral, o ser humano produz culturalmente a moral. De acordo com Nietzsche, o ser humano não possui naturalmente uma moral, mas tem sido submetido a um processo de aprendizado e de cultivo de seu espírito através de longas sucessões e supressões de ordens morais e séculos de organização social.

É nesse sentido que Foucault (1998) utiliza e pensa o método genealógico de Nietzsche. Foucault opõe a genealogia à pesquisa da origem. Esta é impregnada de história. Muitas vezes, essa pesquisa se torna enigmática, imprecisa e estritamente suspeita. A genealogia não pode ser entendida como origem devido aos processos de dissimulação que falseiam a origem. Tal pesquisa é encoberta por adereços, máscaras, conflitos, desejos reprimidos, desejos privilegiados, invasões, até se tornar hegemônica. De acordo com Foucault, a genealogia vasculha a emergência das ações, dos sentimentos, dos conceitos e das

² Sobre o positivismo ver: COMTE, Auguste. *Discurso sobre o espírito positivo: ordem e progresso*. Trad. Renato B. R. Pereira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

³ Acerca dessa questão de uma obra ser complemento da outra ver a análise de Oswaldo Giacóia Júnior sobre *Genealogia da Moral* In GIACÓIA JÚNIOR, Oswaldo. *Para a genealogia da Moral/Nietzsche*; adaptação de Oswaldo Giacóia Júnior. São Paulo: Scipione, 2001.

⁴ Cf. NIETZSCHE, 1998, p. 13.

paixões humanas produzidas nas disputas sociais, nos processos corporais e soterradas pelo esquecimento, sendo elevada ao status de origem miraculosa.

Foucault inicia o seu texto *Nietzsche, genealogia e história* com a afirmação: “a genealogia é cinza”⁵. Quando faz essa afirmação, não está somente retomando Nietzsche, mas pretendendo utilizá-lo como meio da sua reflexão. Foucault, utilizando as palavras de Nietzsche, pretende nos mostrar que o estudo das emergências não é linear, não revela certezas claras, distintas, primárias e precisas. Esse estudo do documento empoeirado deve tratá-lo como coisa descontínua, vazada por interferências, várias combinações, misturas diversas, reconfigurações de toda ordem. O resultado desse estudo não pode ser universal. Esse resultado obtido é inerente à nuance, ao prisma, à tonalidade que adquire no tempo, ao receber várias perspectivas. O trabalho do genealogista é cinzento, pois sua realização é esmiuçadora, detalhista, perspicaz, paciente. No seu lugar de trabalho, há cheiro de pó, o ambiente é abarrotado de arquivos, de documentos igualmente cinzentos.

É indispensável, para o genealogista, o trabalho da espera, da minúcia. O genealogista espreita, com perseverança, cuidado, sabedoria, todos os aspectos a serem estudados. Esse agir minucioso visa escolher, com sabedoria, as ferramentas necessárias para o escavamento das entrelinhas, do não dito, não escrito da história. Nas lacunas e brechas da história, encontramos as correlações de forças que interferem na produção e na transformação de fatos históricos em acontecimentos importantes.

Munidos da genealogia, podemos começar as escavações sobre a moral cristã europeia e demarcar o modo como esta revela o caminho sinuoso segundo o qual as ideias modernas delinearam a maneira de sentir, agir e pensar da humanidade. Nietzsche, em *Além do bem e do mal*, faz e refaz esse percurso. Em vários parágrafos do capítulo *Contribuição à história natural da Moral*, o filósofo menciona o parentesco das formulações filosóficas da modernidade ao projeto moral do cristianismo que se encontra em curso na Europa. Desse projeto, não escapam sequer as ações, os sentimentos e desejos mais independentes e espontâneos. Por exemplo, qualquer acontecimento, desde o mais lírico, das emoções e sentimentos mais pessoais aos eventos notórios e pomposos da esfera pública, está mais relacionado aos desígnios do “glória a Deus” e ao “graças a Deus” do que mesmo à soberania da ação humana e sua singularidade na criação de seus modos de existência.

⁵ Cf. FOUCAULT, 1998, p. 15.

2. O MÉTODO GENEALÓGICO DE NIETZSCHE

No prólogo da *Genealogia da moral*, Nietzsche inicia o percurso de análise da moral cristã, utilizando o método genealógico. Inicia sua atividade de escavação da moral a partir de algumas ponderações: sob que condições o ser humano inventou para si os juízos de valor “bom” e “mau”? Esses valores obstruíram ou promoveram o crescimento e a elevação do ser humano?⁶

O objetivo do filósofo alemão é criar hipóteses sobre a procedência da moral. De acordo com ele, há a necessidade de um conhecimento das condições e circunstâncias nas quais nasceram os valores morais, quais deles se desenvolveram e quais se modificaram. Por exemplo, o autor vai mostrar que, no que diz respeito ao sentido de utilidade, atribui-se ao “bom” valor mais elevado do que ao “mau”. Nesse sentido, sua finalidade é percorrer as recônditas regiões da moral.

O trajeto apontado por Nietzsche não é linear. Seu percurso exige jovialidade para olhar o entorno. É necessário minúcia, pois tudo requer desconfiança, a suspeita salta à nossa frente e, dessa maneira, faz cambaleiar a crença em toda moral. A proposta de Nietzsche é seguir a trilha da arte da interpretação. Ao segui-la, é importante recordar a atitude de uma vaca, sua postura ante o alimento, uma vez que a arte da interpretação é muito similar à de ruminar. E é quase mais necessário ser uma vaca na arte de ruminar do que um homem moderno. Este não possui arte para a leitura devido à velocidade que o encarcera.

Na primeira dissertação da *Genealogia da Moral*, Nietzsche esclarece que a fonte do conceito “bom” não está no sujeito que faz o “bem”. O conceito “bom” é proveniente do “bom” mesmo, daquele que estabeleceu a si mesmo e as suas ações como “boas”. O “bom” provém do sentimento de nobreza. A nobreza do espírito, a nobreza do pensamento. Nobreza, inclusive, que se encontra hierarquicamente organizada e prefere distância de tudo que é vulgar, mesquinho, assenhoreado à utilidade imediata. Nesse sentido, afirma Nietzsche:

Foram os “bons” mesmos, isto é, os nobres, poderosos, superiores em posição e pensamento, que sentiram e estabeleceram a si e a seus atos como bons, ou seja, de primeira ordem, em oposição a tudo que era baixo, de pensamento baixo, e vulgar e plebeu. Desse *pathos da distância* é que eles tomaram para si o direito de criar valores, cunhar nomes para os valores: que lhes importava a utilidade! (NIETZSCHE, 1998, p. 19).

⁶ Cf. NIETZSCHE, 1998, p. 9.

O distanciamento vigoroso que o “bom” estabeleceu para si através de sua nobreza é o que notabiliza a criação de valores, ou seja, a cunhagem de nomes para as coisas que elevam e celebram a vida. Para essa espécie, o útil, a conveniência, o deixar-se levar é o menos adequado. A utilidade e o cálculo da conveniência marcam a pequenez e a própria negação do vigor da vida.

Para Nietzsche, a liberdade⁷ e a singularidade da ação não são travadas pelo “direito senhorial”. Todavia, não pretende apontar o surgimento de uma organização social baseada no “tudo é permitido”. Para Nietzsche, a liberdade da ação atende aos princípios necessários de ordenação e legitimidade da prática de expansão dos processos vitais. A cautela e a denúncia do filósofo são uma só: a ação promove a elevação da vida, “a ação é tudo”⁸. O direito senhorial, para Nietzsche, é necessário. Não é necessário como massacre, repressão e opressão, mas pelo caráter de oposição ao “instinto de rebanho”. Inclusive, nesse sentido, é indispensável que o homem se torne senhor de si mesmo, capaz de criar seu modo de atuação para além de um bem ou de um mal. Não sendo possível seu próprio assenhoreamento, há a necessidade de um direito senhorial que regule as atuações humanas.

A expressão de potência e transbordamento do “direito senhorial” é a capacidade de criação de valores. Os “senhores” são aqueles que doam sentido a coisas, valores, ideias e comportamentos. Percebem o poder da linguagem na origem dos valores e marcam cada fato, fenômeno, objeto, atribuindo-lhe um “som”. A partir de então, apropriam-se das coisas, valores, ideias, comportamentos e legitimam o direito sobre os aspectos da vida.

Todavia, o “instinto de rebanho”, o “animal de rebanho”, com seu arrojado cálculo da utilidade, declina os juízos de valor e, ao conceito “bom”, por exemplo, atribui as ações praticadas como “não egoístas”. Quando a nobreza de pensamento é contaminada pelo “instinto de rebanho” surge, a oposição entre “egoísta” e “não egoísta” para marcar o que é o “bom”. Daí se experimentou a “providência”, ou, talvez, a emergência do conceito de “bom” como uma “ideia fixa” oposta às ações “não egoístas”. A violência da “ideia fixa” só é possível quando o animal de rebanho “toma finalmente a palavra (e as palavras)”⁹. Sobre este aspecto, Nietzsche esclarece:

⁷ A aceitação livre da necessidade transforma todas as nossas decisões, muda a perspectiva da nossa vontade, tornando leveza qualquer constrição. Se acolhermos os eventos da mesma forma, se agirmos desejando intensamente tudo o que acontece, cada ato representará uma libertação, nenhum evento se apresentará como uma restrição ao nosso arbítrio (BARRENECHEA, 2008).

⁸ Cf. NIETZSCHE, 1998, p. 36.

⁹ Ibid., p. 19-20

é velho costume entre filósofos, de maneira essencialmente a-histórica, [...] investigar a origem do conceito e do juízo “bom”. “Originalmente” – assim eles decretam – “as ações não egoístas foram louvadas e consideradas boas por aqueles aos quais eram feitas, aqueles aos quais eram úteis; mais tarde foi esquecida essa origem do louvor, e as ações não egoístas, pelo simples fato de terem sido *costumeiramente* tidas como boas, foram também sentidas como boas – como se em si fossem algo bom”. Logo se percebe: esta primeira dedução já contém todos os traços típicos da idiossincrasia dos psicólogos ingleses – temos aí “a utilidade”, “o esquecimento”, “o hábito” e por fim “o erro”, tudo servindo de base a uma valoração [...] essa teoria busca e estabelece a fonte do conceito “bom” no lugar errado: o juízo “bom” não provém daqueles aos quais se fez o “bem”! (NIETZSCHE, 1998, p. 18-19).

O que torna razoável e sustentável, nesse ponto, a *Genealogia da moral* é a percepção mais intensa que a etimologia permite descobrir. Nietzsche observa que diversas línguas cunham o conceito “bom” a partir do sentido social de “nobre”, “aristocrático”, “espiritualmente nobre”, “espiritualmente bem-nascido”. Compreendemos até que, espiritualmente, diz respeito a pensamentos elevados, pensamentos impregnados de cuidado com a vida. “Espiritualmente bem-nascido”, vinculado ao entorno, vinculado à preocupação de estabelecer para si valores elevados. Soa até estranho vincular “espiritualmente bem-nascido” à posição econômica. O sentido semântico que a etimologia fornece relaciona “nobre”, “bem-nascido” ao *status*, não há referência à detenção de riqueza ou usurpação econômica. Nesse sentido, Giacóia Jr. afirma que:

a primeira pista é fornecida por uma derivação semântica: ela é dada com a pergunta pelo *referente* designado pelo conceito “bom” em diversas línguas. Um exame etimológico a respeito da questão conduziu, em quase todos os idiomas examinados, à mesma *metamorfose conceitual*: o elemento básico originário é o conceito “nobre”, “aristocrático”, no sentido de *status*; essa foi a matriz a partir da qual se desenvolveu o conceito “bom”, no sentido de ‘nobre de alma’ ou de ‘sentimentos nobres’; ‘aristocrático’, em sentido social, derivando para ‘animicamente mais elevado’, ‘alma privilegiada’. Esse deslocamento da significação é sempre acompanhado, em paralelo, pela transposição que faz derivar o conceito “mau” dos conceitos “plebeu”, “vulgar”, “baixo” (GIACÓIA Jr., 2001, p. 25).

Por outro lado, o “ruim” é aquele “comum”, “baixo”, “plebeu”. O “ruim” é o que sequer experimenta “pensar” seu entorno, possui apenas uma preocupação e um objeto de ponderação: o conforto imediato. Nesses termos, a designação do “bom” pode ser atribuída a

um “traço típico de caráter”¹⁰. O “bom” seria o guerreiro. O que move a bondade é o uso do *logos* agonístico durante os dissídios da vida em comum. É na e pela disputa que o ser humano é tangenciado como “bom”. É por esse caminho, diz Nietzsche, que os romanos compunham a representação da “bondade” de um ser humano¹¹.

O que a *Genealogia da moral* permite observar é que o surgimento, a emergência dos valores morais não é permeada por um *simbolismo*. Os conceitos da humanidade foram criados e compreendidos como algo rude, da superfície e, portanto, assimbólico. Ao longo de outros processos de disputa, os conceitos da humanidade se inverteram e suas interiorização e intensidade foram despontando como uma “metafísica antissensualista”¹². Assim, uma radical tresvaloração dos valores se realiza e a inversão dos valores cujo devir é constante se realizou. O problema é que, nesse processo, algumas noções e conceitos foram cristalizados e insistem na duração temporal, pretendendo uma hegemonia total. É como se a vingança sacerdotal tivesse se fincado como conceito fixo. Ou, então, como se um conceito bastante alimentado pela fraqueza da vontade, pela decadência, despontasse nas lutas, nas disputas, nos confrontos, como algo que permaneceu inalterável, sólido e estável.

3. INVERSÃO DOS VALORES E DEVIR HISTÓRICO

A inversão dos valores guerreiros aristocráticos se principia quando a afirmação de seu modo de existência é negada. O valor criado pela moral escrava abandona a singularidade da ação voltada para si mesmo. O olhar invertido da moral escrava soa como uma negação de si. O olhar se dirige para fora. A atividade, a ação que norteia o espírito nobre, é substituída pela reação. A moral escrava necessita reagir ao outro, ao fora, ao exterior. Nietzsche representa esse processo como um modo de decadência, o ressentimento. Enquanto isso, a criação de valores nobres se intensifica na ação e cresce espontaneamente e percebe no fora, no exterior, no outro, apenas possibilidade de afirmação da vida. Por outro lado, e ao contrário do modo nobre de valorar, os valores criados pela moral escrava minam o agir, empalidecem a vida e a paixão na ação.

É dessa maneira, por exemplo, que ocorre o desprezo, o olhar para frente do nobre. Ao se equivocar no modo de valorar a realidade, o nobre despreza as condições que lhe são

¹⁰ Ibid., p. 22.

¹¹ Ibid., p. 23.

¹² Ibid., p. 24.

estrangeiras. O desprezo é um falseamento da realidade, é um deixar de lado. A moral escrava falseia a imagem desconhecida, atacando-a. Mesmo diante do desprezo, o que permanece é a alegria consigo. Desse modo, o desprezo se dá como uma desatenção, uma impaciência. O falseamento da realidade não é causa para lamentação e para a infelicidade. O falseamento da realidade ou aquilo que lhe é estranho pode ser tratado com desprezo e não como uma caricatura monstruosa a ser aniquilada.

Durante o abandono da singularidade da ação, da atividade, a inversão dos valores realizada pela moral escrava do ressentimento salta como um feito original. A noção de “bom”, criada espontaneamente, a partir da avaliação do próprio nobre, estabelece a criação de uma representação do “ruim”. Porém, o que prevalece como original é a noção de “mau”. O “ruim” é uma representação, produzida pelo “nobre de espírito”. O “ruim” representa a falta de consideração *inter pares*, a ausência de autodomínio, a indelicadeza e a deslealdade. A moral do ressentimento privilegia a noção de “mau” por reconhecer naqueles “bons” os inimigos. Porquanto, para a moral do ressentimento, o “mau” é precisamente o “bom” da outra moral, o “nobre”, pois aqueles “bons”, “nobres” são identificados como os inimigos maus¹³.

Prosseguindo na análise da inversão dos valores, percebemos que ela ocorre devido à necessidade que a cultura impõe. A cultura produz a verdade. A verdade produz a moral. A moral cristã cristaliza alguns entendimentos da modernidade. Nesse sentido, a cultura, para Nietzsche, é um amestramento. O que se crê como verdade é o adestramento do ser humano. Na modernidade, a cultura adestra o ser humano, reduzindo-o a animal manso, civilizado, um animal doméstico. De acordo com Nietzsche,

Supondo que fosse verdadeiro o que agora se crê como “verdade”, ou seja, que o sentido de toda cultura é amestrar o animal de rapina “homem”, reduzi-lo a um animal manso e civilizado, doméstico, então deveríamos sem dúvida tomar aqueles instintos de reação e ressentimento, com cujo auxílio foram finalmente liquidadas e vencidas as estirpes nobres e os seus ideais, como *autênticos instrumentos da cultura*; com o que, no entanto, não se estaria dizendo que os seus *portadores* representem eles mesmos a cultura (NIETZSCHE, 1998, p. 33-34).

Esse animal domesticado é incapaz de ação singular. Seu modo de atuação diante da vida é reativo, ressentido. A tipologia da moral escrava constitui a marca do ser humano manso, insofrito. Sua mediocridade é indicada por sua vinculação à incapacidade de afirmação

¹³ Ibid., p. 32.

da vida. Quando não se afirma a vida em fortitude, não nos reconhecemos como senhores da cultura e, portanto, não criamos valores que superem o nivelamento e permitam a restituição da moral guerreira. A moral escrava oferece ao mundo a formatação de uma alma malograda. A moral guerreira é necessariamente combativa. Sua frente de batalha almeja o surgimento de uma cultura que crie almas logradas, potentes, triunfantes, que restabeleça a fé no homem ou a sua superação¹⁴.

Portanto, o que o método genealógico permite compreender é a não existência de um substrato transcendente por trás dos valores morais que se assume numa permanência imutável e que vem deslizando gradualmente, numa linha histórica. Os conceitos e, portanto, as valorações gotejam fluente e incessantemente. O valor das valorações é seu cálculo de transformação eterna. Suas modificações são fruto da história efetiva dos povos. É nesse sentido que os valores morais, mesmo aqueles que se apresentam como mais sagrados e inquestionáveis, possuem origem, foram criados como expressão das relações de poder e dominação. Nesse aspecto, é possível falar em morais e não em moral no singular e universal¹⁵.

As diferenças impressas em cada moral não são variações da participação ou do afastamento da essência do ser. Cada cultura inventa, produz um tipo de homem. Cada tipo pode ser representado através da relação de domínio ou de obediência, sujeição, na qual está inscrita sua cultura. Tais relações também não são imutáveis. A cada ciclo cultural, percebemos seu caráter mutável e a ordem consolidada se subverte.

Na modernidade, o embate das relações de domínio/sujeição não cessou. Ao contrário, esse duelo insaciável assume outro formato. Ao invés da disputa entre uma “aristocracia guerreira” e uma “aristocracia sacerdotal”, temos o contraste entre o “filósofo-legislador”, “espírito livre” e o “animal de rebanho”. O que marca essa disputa é o elemento da atividade ou o da passividade diante da *bios*, da vida e do mundo. Esses elementos coexistem simultaneamente no mesmo homem, sendo a marca de um sobre o outro que determina, ou seja, o predomínio de um sobre o outro que condiciona a condição de animal de rebanho ou de espírito livre, legislador. No animal de rebanho, é a passividade que predomina, pois ele é contemplador, renuncia à sensualidade dos sentidos. O filósofo-legislador, espírito livre, é o que, espontaneamente, lança mão da força, potência, e

¹⁴ Cf. NIETZSCHE, 1998, p. 34-35.

¹⁵ Cf. GIACÓIA Jr., 2001, p.30-31.

demonstra, experimenta a capacidade de agir por si, constituindo, desse modo, o sujeito ativo de sua ação, pois nele a atividade predomina sobre a passividade.

Retornando a *Além do bem e do mal*, é possível afirmar que, ao buscar a fundamentação da moral, os filósofos das ideias modernas propunham um modo erudito de afirmar a sua complacência com a moral dominante. Quer dizer, os filósofos das ideias modernas, do alto de sua ilustração, do seu esclarecimento, revestiram a moral predominante em sua época da condição de única moral a ser aceita universalmente como fé irrefutável e inquestionável. Ao conceber somente um novo modo de expressar a moral hegemônica da época, esses filósofos não cumpriram seu propósito, seu projeto e trajeto. De acordo com Nietzsche, ao invés de criar as bases de uma ciência da moral, como algo que encontraria seu âmago, seu fundamento, se isso fosse possível, os filósofos das ideias modernas generalizaram seus próprios pré-conceitos e foram incapazes de colocar em dúvida a própria fé na moral de seus senhores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca de uma fundamentação para a moral conduziu os filósofos das ideias modernas ao esquecimento. O que eles afirmam como fundamentação da moral se inscreve em um contexto mais geral. A multiplicação dos discursos apontando um fundamento ou uma essência de onde jorra a moralidade, a generalização de seu contexto, de seu ambiente mais próximo, de sua classe social, de sua religião, ou a crença na oposição do mundo sensível ao mundo inteligível, indicam, para Nietzsche, não apenas preconceito filosófico, mas a tentativa de afirmação do discurso, do *logos* que sintetiza um ponto de vista que encarcera outras perspectivas de afirmação de outros arranjos sociais, outro *ethos*¹⁶, talvez plural. Nesse enunciado da fundamentação da moral, encontramos o disfarce para a expressão de uma “erudita fé na moral dominante”¹⁷.

O que significa fé na moral dominante? Não há uma definição pormenorizada no contexto em questão. Encontramos algumas ressonâncias quando observamos a descrição de

¹⁶ Éthos/Êthos: Essas duas palavras derivam de uma mesma raiz que assume significado diferente: Éthos significa: costume, uso, hábito; e o verbo éiotha: ter o costume, ter o hábito. Êthos significa: caráter, maneira de ser de uma pessoa, índole, temperamento, disposições naturais de uma pessoa segundo seu corpo e sua alma, os costumes de alguém conforme sua natureza. Êthos se refere ao costumeiro; Éthos se refere ao que se faz ou se é por características naturais próprias (CHAUÍ, 2002, p. 500) Nosso entendimento circula entre os dois significados: tanto se refere ao costume, ao hábito, quanto à maneira de ser, à índole e ao temperamento. Por isso, optamos por retirar o acento diferencial.

¹⁷ NIETZSCHE, 2005, p. 75.

algumas posturas consideradas moralistas por Nietzsche. De acordo com o filósofo, algumas morais, dentre elas as que são hegemônicas, pretendem demonstrar a sua universalidade; em outros casos, seguir a moral dominante seria o modo de acalmar seu entendimento e de se saciar com as conveniências vigentes. A moral dominante desenha uma paisagem em que a interioridade de seu idealizador esqueça algo de si, de seu próprio processo de participação na construção dessa moral que exala o predomínio exterior. Depois de pintada, colorida, a paisagem salta aos olhos como se tivesse sido forjada no âmago de um espírito puro. Nos jogos de dominação, hierarquias, nas lutas políticas, forjam-se as morais dominantes.

A partir desse entendimento, percebemos que a crítica da moral realizada pelo filósofo alemão não deságua numa proposta de criação de um mundo “imoral” ou “amoral” ou de um mundo em que não haveria elos humanos mínimos para assegurar a sociabilidade mantenedora da vida gregária. Sua crítica é suficientemente pontual. O aspecto a ser nela vislumbrado com mais nitidez é a maneira como a moral cristã europeia se tornou hegemônica e sua coerção diante do desenvolvimento da vida fincou-se ao longo de séculos, de modo a julgar e banir os aspectos vitais que estão ininterruptamente em transformação.

Do entendimento de que a moral é necessária, surge outra proposição: a moral exige obediência. A obediência é a regulação da vida em sociedade, cuja atividade se dá a partir do próprio desembocar da coerção, um modo de limitação que aproxima os desiguais. A coerção é reta, mostra-se em uma dada direção. Seu *modus operandi* exige que as relações sociais sejam organizadas a partir de uma cultura da domesticação. Daí a obediência se manifestar sorrateiramente, devido ao modo como a coerção é exercida, pela tradição de um povo e sua respectiva cultura. Exatamente quando o homem passou a se organizar em sociedade, devido à comodidade e ao bem-estar, passou a submeter-se a determinados costumes e tradições. A comodidade e o bem-estar estão relacionados ao mínimo de conflito dentro do mesmo segmento social organizado pela cultura.

Porém, a condição de demora no estado de obediência retira a possibilidade de criação de novos arranjos sociais. Além disso, o reiterado sucumbir ante a coerção pode tornar-se enfraquecimento e inércia no momento em que a cultura exigir ação, uma vez que a vontade de potência exige uma inesgotável superação de si. É provável, dessa forma, que a coerção retire o aspecto transfigurador da própria atuação humana. É nesse ponto que o demorar-se na obediência soterra a condição de liberdade, já que, seja qual for a ação

deliberada que se possa tomar, o distanciar-se dos modos reguladores e paradigmáticos estipulados torna-se uma afronta, talvez tratada como algo sórdido e imoral.

É nesse sentido que as ideias modernas alcançam hegemonia total. A moral cristã europeia, a moral do homem de rebanho se apresenta como a única possibilidade permitida. Seus atributos tornam o ser humano um animal manso, afável, dócil e absolutamente útil ao rebanho. Daí serem eleitos, como virtudes exatamente humanas: espírito comunitário, benevolência, diligência, moderação, modéstia, indulgência, compaixão, virtudes que provêm não da elevação e da afirmação da vida, mas da hipocrisia da moral daqueles que precisam mandar para manter o estado gregário. Há, nesse sentido, uma inversão das forças. Há a inibição da ação, a letargia e a passividade no agir.

REFERÊNCIAS

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Obras incompletas**. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (Coleção os pensadores).

_____. **Além do Bem e do Mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. Trad. Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Genealogia da Moral**: uma polêmica. Trad. Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo**: ordem e progresso. Trad. Renato B. R. Pereira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

BARRENECHEA, Miguel Angel de. **Nietzsche e a liberdade**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

BULHOES, Fernanda Machado de. **A caminho de uma filosofia extra-moral**. In *Princípios*. Natal, ano 3, n. 4, jan./dez., 1996. (p.103-109).

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia**. Trad. Alberto Campos. Lisboa: Edições 70, 1965.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, a genealogia e a história**. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p.15-37.

GIACÓIA Jr., Oswaldo. **Para a genealogia da Moral/Nietzsche**; adaptação de Oswaldo Giacóia Júnior. São Paulo: Scipione, 2001.

MARTON, Scarlett. **Nietzsche**: Das forças cósmicas aos valores humanos. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PASCHOAL, Antonio E. & FREZZATTI JR., Wilson A. (orgs.). **120 anos de “Para a genealogia da moral”**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2008 (Col. Nietzsche em perspectiva).